

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.652, DE 1996

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Autor: Deputado NAN SOUZA

Relator: Deputado PASTOR AMARILDO

I – RELATÓRIO

Ao ser designado relator do Projeto de Lei nº 2.652, de 1996, nesta Comissão, verifiquei existir parecer da lavra do Deputado Fernando Coruja, que não chegou a ser apreciado. Por estar de acordo com os termos deste parecer, adoto-o integralmente aqui.

Pelo projeto em exame modifica-se o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, cujo teor atual é o que se transcreve abaixo:

“Art. 2º

.....
§ 2º *É vedado o uso dos produtos mencionados no “caput” (cigarros, agasalhos, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco) nas aeronaves e veículos de transporte coletivo, salvo quando transcorrida uma hora de viagem e houver nos referidos meios de transporte parte especialmente reservada aos fumantes.”*

Ao PL nº 2.652, de 1996, que é o projeto principal, apensaram-se o PL nº 2.779, de 1997, o PL 2.923, de 1997, e o PL nº 3.342, de 1997, os quais tratam da mesma matéria com maior ou menor detalhamento. O fulcro de todas essas proposições é banir o uso de cigarros e assemelhados das aeronaves e veículos de transporte coletivo totalmente. Alguns dispositivos prevêm sanções para os que desrespeitarem a proibição.

A Comissão de Viação e Transporte aprovou os projetos na forma do substitutivo apresentado pelo relator, o ilustre Deputado Edinho Araújo.

Chega em seguida o projeto a esta Comissão, onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o que dispõe a alínea a do inciso III, do art. 32, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação examinar os projetos quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa. É o caso.

O PL nº 2.652, de 1996, é constitucional e jurídico. Aliás, vige já proibição ao uso de cigarro em aeronaves, sob bandeira brasileira, por força de decisão judicial. Quanto à técnica legislativa, o projeto merece reparos, que o ajustem à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Há emenda a esse Projeto, apresentada nesta Comissão pelo Deputado Valdemar Costa Neto, que é constitucional, jurídica, mas que deve se ajustar aos mandamentos da técnica legislativa.

O PL nº 2.779, de 1997, também é constitucional e jurídico, devendo, entretanto, ter o seu art. 8º revogado, por se tratar de cláusula de revogação genérica. A mesma observação cabe para o PL nº 2.923, de 1997.

O PL nº 3.342, de 1997, e o substitutivo da Comissão de Viação e Transporte são constitucionais e jurídicos, estando, porém, a exigir substitutivo cada um deles, com o fito de dar-lhes boa técnica legislativa. No caso do substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, trata-se de adequá-lo à

Constituição, eliminando imposições ao Poder Executivo, para que tome providências que são de sua exclusiva competência, conforme a Súmula da Jurisprudência nº 1 desta Comissão nos impõe.

De se observar que foi juntado ao corpo do procedimento parecer da lavra do Deputado Cândido Mendes, o qual não chegou a ser apreciado por este Colegiado, e que conviria ser por isso desentranhado. É o que esta Relatoria recomenda.

Ante o exposto, esta relatoria vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 2.652, de 1996, na forma do substitutivo; vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda, apresentada nesta Comissão, ao Projeto de Lei nº 2.652, de 1996, na forma da subemenda anexa; vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 2.779, de 1997, e do PL nº 2.923, de 1997, na forma das respectivas emendas; vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica do PL nº 3.342, de 1997, na forma do substitutivo; e vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo ao PL nº 2.652, de 1996, da Comissão de Viação e Transporte, na forma da subemenda substitutiva que segue anexa.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado PASTOR AMARILDO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.652, DE 1996

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

§ 2º *É proibido o uso dos produtos mencionados no caput no interior de aeronaves e de veículos de transporte coletivo.” (NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado PASTOR AMARILDO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.652, DE 1996

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

SUBEMENDA À EMENDA Nº 1 DESTA COMISSÃO

Acrescente-se a expressão “ (NR) “ ao final da Emenda nº 1, apresentada nesta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado PASTOR AMARILDO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**PROJETO DE LEI Nº 2.779, DE 1997**

Proíbe a utilização do fumo no interior de aeronaves, em vôos domésticos, em todo o território brasileiro.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 8º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado PASTOR AMARILDO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**PROJETO DE LEI Nº 2.923, DE 1997**

Proíbe o uso de cigarros e demais derivados do tabaco, nas aeronaves comerciais em vôos domésticos.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 5º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado PASTOR AMARILDO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.342, DE 1997

Modifica o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, estendendo a proibição de fumíferos a veículos de transporte coletivo de qualquer espécie, estabelece penalidade aos infratores e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 2º *É proibido o uso de cigarros ou similares, derivados ou não de tabaco, em veículos de transporte coletivo de qualquer espécie. “(NR)*

Art. 2º O art. 2º da Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 2º

§ 3º *As companhias de transporte deverão informar o disposto nesta Lei ao passageiro no ato de aquisição do bilhete de transporte.*

§ 4º *Será aplicada multa no valor de sessenta reais aos infratores deste artigo e respectivos parágrafos.” (NR)*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado PASTOR AMARILDO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.652-A, DE 1996

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O § 2º do artigo 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 2º. *É proibido o uso dos produtos mencionados no caput no interior de veículos de transporte coletivo rodoviário e ferroviário. (NR)”*

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 2º

§ 3º. *É proibido o uso dos produtos mencionados no caput em aeronaves, durante vôos domésticos e internacionais, em todo o território brasileiro.*

§ 4º. *As companhias de transporte deverão informar seus passageiros a respeito do conteúdo desta Lei, por*

meio de avisos colocados em locais privilegiados nas áreas reservadas para embarque, alertando-os desde a compra dos bilhetes e durante toda a duração da viagem.”(NR)

Art. 3º. O art. 9º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos VI e VII:

“Art. 9º

VI – multa de cem reais a setenta por cento do valor total do bilhete de viagem, cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência, para os infratores do § 2º desta Lei;

VII – multa de trezentos reais a setenta por cento do valor total do bilhete de viagem, cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência, para os infratores do § 3º do art. 2º desta Lei.”(NR)

Art. 4º. O art. 9º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 9º

§ 5º. O montante arrecadado com as multas deverá ser destinado a companhias publicitárias que advirtam sobre os malefícios causados pelos componentes do tabaco, alertando seus usuários quanto ao perigo na continuidade de seu hábito.”(NR)

Art. 5º. Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado PASTOR AMARILDO
Relator